

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO – CEG

Companhia Aberta
CNPJ 33.938.119/0001-69 NIRE 3330008217-4

Propostas da Administração
CEG

Informações relativas às propostas da administração, que serão submetidas à aprovação na AGO da Companhia, que será realizada em 29 de abril de 2026, em cumprimento aos artigos 7º, 10, 11 e 13 e seguintes da Instrução Normativa CVM nº 81/2022.

Proposta de Destinação do lucro líquido do exercício 2025
CEG

Informações relativas à proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2025, que será submetida à aprovação na AGO da Companhia, em cumprimento ao artigo 10º, § único, II, da Instrução Normativa CVM nº 81/2022 (anexo A).

1. Informar o lucro líquido do exercício
O lucro líquido do Exercício correspondeu à: R\$ 615.290.675,61;
2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.
 - a) R\$ 111.652.663,18 destinados a distribuição como juros sobre o capital próprio (JCP) a todos os acionistas, que líquido de imposto representa R\$ 96.395.045,00 (aprovados na AGE em 16.12.2025), a serem pagos em parcela única em 15 de dezembro de 2026 (R\$ 0,43005272 bruto por ação);
 - b) R\$ 57.427.623,90 destinados ao pagamento de dividendos mínimos (R\$ 0,22119406 por ação), que líquido de imposto representa R\$ 54.187.302,61, que somados aos juros sobre capital próprio, representam a distribuição de resultado mínimo obrigatório de 25%, conforme Estatuto Social, em parcela única em 15 de dezembro de 2026.
 - c) R\$ 446.210.388,53 destinados a constituição da reserva de dividendos adicionais propostos nos termos do § 6º do artigo 202 da Lei 6.404/76 e Interpretação Técnica ICPC 08, com sua manutenção até deliberação definitiva por parte dos sócios.
3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído
O percentual do lucro líquido do Exercício a ser distribuído de acordo com a proposta corresponde a 27,48 %.
4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores
Não há proposta de distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores a 2025, apurados em balanços semestrais ou períodos menores.
5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:
 - a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Todas as ações da Companhia são ordinárias.

- R\$ 57.427.623,90 (R\$ 0,22118488 por ação) destinados a pagamento de dividendos do ano de 2025.
- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
 - Os dividendos mínimos no montante de R\$ 57.427.623,90 (R\$ 0,22119406 por ação) serão pagos em parcela única em 15 de dezembro de 2026.
 - Os juros sobre capital próprio no montante de R\$ 111.652.663,18 (R\$ 0,43005272 bruto por ação) serão pagos em parcela única em 15 de dezembro de 2026.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não há incidência de atualização e juros sobre os JCP da Companhia.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Terão direito ao recebimento de JCP e Dividendos os acionistas da Companhia que detenham ações na data da AGE e da AGO que os aprova respectivamente.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

- Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados
- Informar a data dos respectivos pagamentos

Não se aplica. Não há proposta de distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores a 2025, apurados em balanços semestrais ou períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores
- Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Comparativo de valores por ação (R\$) *	2025	2024	2023	2022
Lucro do Exercício	2,36991595	2,02890268	2,29924830	1,05513400
Dividendos	0,22119406	0,22282128	1,21130136	0,78999686
JCP	0,43005272	0,32942060	0,29459013	0,26513714

*Todas as ações da Companhia são ordinárias

OBS: Para informação de JCP e Dividendos, foram excluídas as ações em tesouraria

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- Identificar o montante destinado à reserva legal:

Não será constituída a reserva legal por já ter atingido o limite máximo prescrito no Art.193 da lei 6.404/76.

- Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

Conforme prevê o estatuto da Companhia: 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido são destinados para a reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social integralizado. A reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido da reserva de capital, de que trata o parágrafo primeiro do art. 182 da Lei das Sociedades Anônimas, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não se aplica. A Companhia possui apenas ações ordinárias.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

- Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Dividendos Obrigatórios: 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido do exercício após as deduções previstas no estatuto, e/ou acréscimos previstos no art. 202 da Lei das Sociedades Anônimas, conforme o caso deve ser distribuído na forma de dividendos a todos os seus acionistas, observada a legislação aplicável e as regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários.

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O *payout* proposto corresponde a 27,48 % do lucro do exercício, observados os descontos legais, atendendo-se ao mínimo legal e estatutário. Tais direitos serão integralmente pagos a todos os acionistas titulares de ações na data de aprovação.

- c. Informar o montante eventualmente retido

Não se aplica. Não foi proposta retenção de dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção.
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos;
- c. Justificar a retenção dos dividendos

Não se aplica. Não foi proposta retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
- d. Justificar a constituição da reserva

Não se aplica. Não foi proposta retenção do lucro para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não se aplica.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
- b. Identificar o montante destinado à reserva
- c. Descrever como o montante foi calculado

Não se aplica. A companhia não possui reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção

Não se aplica. Não foi proposta retenção do lucro para a constituição de reserva de expansão.

- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não se aplica.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado a reserva.
- b. Explicar a natureza da destinação

Não se aplica.

Resumo da proposta para melhor entendimento: A Administração da Companhia propõe que o lucro líquido do exercício de 2025, no montante de **R\$ 615.290.675,61** seja distribuído da seguinte forma:

- a) **R\$ 111.652.663,18**, aprovados na AGE de 16.12.2025, a todos os acionistas, que líquido de imposto representa **R\$ 96.395.045,00**, a serem pagos em parcela única no dia 15 de dezembro de 2026 (R\$ 0,43005272 bruto por ação).
- b) Não será constituída a reserva legal por já ter atingido o limite máximo prescrito na lei 6.404/76 Art.193.
- c) **R\$ 57.427.623,90**, destinados ao pagamento de dividendos mínimos do ano de 2025 (R\$ 0,22119406, por ação), que líquido de imposto representa **R\$ 54.187.302,61** e que somados aos juros sobre capital próprio representam a distribuição de resultado mínimo obrigatório de 25% conforme Estatuto Social, a todos os acionistas titulares de ações da companhia na data desta aprovação, a serem pagos em parcela única em 15 de dezembro de 2026.
- d) **R\$ 446.210.388,53**, destinados a constituição da reserva de dividendos adicionais propostos nos termos do § 6º do artigo 202 da Lei 6.404/76 e Interpretação Técnica ICPC 08, com sua manutenção até deliberação definitiva por parte dos sócios.

**Proposta de Eleição dos Membros do Conselho de Administração e da
Instalação e eleição dos Membros do Conselho Fiscal
CEG**

Informações relativas à eleição dos membros da Administração e do Conselho Fiscal, que será submetida à aprovação na AGO da Companhia, em cumprimento ao artigo 11 da Instrução Normativa CVM nº 81/2022.

Eleição dos Membros do Conselho de Administração

O Acionista Fundo de Investimento em Ações Dinâmica Energia – FIA Dinâmica (detentor de 8,8% das ações da companhia) requereu, de forma regular, a adoção do procedimento de voto múltiplo e indicou os Srs. Manoel Eduardo Lima Lopes e Anderson Paiva Martins, para reeleição aos cargos de Conselheiros de Administração Efetivo e Conselheiro de Administração Suplente, respectivamente, e requereu a sua inclusão no Boletim de Voto à Distância da AGO da Companhia.

O Acionista FIA Dinâmica e o Acionista Pluspetrol Energy S/A (detentor de 2,2% das ações da Companhia), podem indicar, cada um deles, 01 representante para integrar o Conselho de Administração e seus respectivos suplentes, segundo a aplicação da regra do voto múltiplo, já requerida conforme acima exposto, nos termos do art. 141 da Lei 6.404/76.

O Acionista BNDESPAR (detentor de 34,5% das ações da Companhia) também poderá indicar 01 representante para integrar o Conselho de Administração, segundo a aplicação da regra do voto múltiplo, e mais 03 representantes em conformidade com o Acordo de Acionistas de que é parte, podendo indicar no total 04 membros efetivos e seus respectivos suplentes, para integrar o Conselho de Administração da Companhia. Ocorrendo a eleição pelo processo de voto múltiplo o Conselho de Administração da Companhia será composto por 12 (doze) assentos. O acionista, até o momento, não apresentou sua indicação para os cargos de Conselheiros de Administração.

Eleição dos Membros do Conselho Fiscal.

Conforme previsão estatutária, o Conselho Fiscal, não permanente, poderá ser instalado para funcionamento pelo prazo de 01 ano, respeitado o prazo do mandato previsto para o cargo de Conselheiro Fiscal.

Conforme previsão em Acordo de Acionistas vigente, o Acionista BNDESPAR (detentor de 34,5% das ações da Companhia) poderá indicar 01 representante e seu respectivo suplente, para integrar o Conselho Fiscal da Companhia, que deve ser instalado com 03 (três) assentos efetivos e seus respectivos suplentes. Os demais assentos efetivos e respectivos suplentes deverão ser preenchidos por indicação do acionista controlador Naturgy Distribución Latioamérica S/A.

Informações dos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência

7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela: **(a)** nome; **(b)** idade; **(c)** profissão; **(d)** CPF ou número do passaporte; **(e)** cargo eletivo ocupado; **(f)** data de eleição; **(g)** data da posse; **(h)** prazo do mandato; **(i)** se foi eleito por controlador ou não; **(j)** se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência; **(k)** caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos.

INDICADOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CEG										
Nome	Idade	Profissão	CPF/Passaporte	Cargo	Eleição e Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos/ Funções	Conselheiro Indicado pelo acionista controlador	Membro Independente e Critério	Número de mandatos consecutivos
MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO										
Pedro Larrea Paguaga	62	Engenheiro	-	Presidente do Conselho	29/04/2026	29/04/2027	Não	Sim	Não. Ocupa cargo no controlador.	3
Katia Brito Repsold	55	Engenheira	028.239.027-83	Efetivo	29/04/2026	29/04/2027	DIR	Sim	Não. Ocupa cargo no emissor.	8
Jerôme Georges Louis Piquemal	57	Economista	-	Efetivo	29/04/2026	29/04/2027	Não	Sim	Não. Ocupa cargo no controlador.	5
Ignacio Ochoa Escala	48	Economista	-	Efetivo	29/04/2026	29/04/2027	Não	Sim	Não. Ocupa cargo no controlador.	3
Rafael Pablo Salas Cox	62	Advogado	-	Efetivo	29/04/2026	29/04/2027	Não	Sim	Não. Ocupa cargo no controlador.	8
Carlos Ferrer Ripoll	48	Administrador	-	Efetivo	29/04/2026	29/04/2027	Não	Sim	Não. Ocupa cargo no controlador.	2
Manoel Eduardo Lima Lopes	82	Contador e Advogado	046.227.237-00	Efetivo	29/04/2026	29/04/2027	Não	Não	Sim. Ocupa cargo no acionista que o indica.	6
Miguel Gustavo Occhipinti	64	Engenheiro	101.285.481-77	Efetivo	29/04/2026	29/04/2027	Não	Não	Sim. Ocupa cargo no acionista que o indica.	7
MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO										
Christiane Delart Dias De Azevedo Ribeiro	47	Engenheira	051.941.687-21	Suplente	29/04/2026	29/04/2027	DIR	Sim	Não. Ocupa cargo no emissor.	8
Bianca Giovanna Wanderley Mascaro	50	Administradora de empresas	269.781.178-89	Suplente	29/04/2026	29/04/2027	DIR	Sim	Não. Ocupa cargo no emissor.	6
Rafael dos Santos Ferreira	46	Contador	052.566.177-88	Suplente	29/04/2026	29/04/2027	GER	Sim	Não. Ocupa cargo no emissor.	6
Anna Maria Bittencourt da Silva Ruivo	48	Contadora	078.655.447-90	Suplente	29/04/2026	29/04/2027	GER	Sim	Não. Ocupa cargo no emissor.	5
Bruna Maria Guimarães de Souza	40	Advogada	114.427.107-05	Suplente	29/04/2026	29/04/2027	GER	Sim	Não. Ocupa cargo no emissor.	8
Márcio Gomes Vargas	52	Contador	022.400.247-39	Suplente	29/04/2026	29/04/2027	DIR	Sim	Não. Ocupa cargo no emissor.	5
Alexandre Holanda Barbosa	34	Sistemas de Informação	147.512.207-13	Suplente	29/04/2026	29/04/2027	Não	Não	Sim. Ocupa cargo no acionista que o indica.	4

Julián Matías Escuder	51	Administrador de empresas	-	Suplente	29/04/2026	29/04/2027	Não	Não	Sim. Ocupa cargo no acionista que o indica.	5
------------------------------	----	---------------------------	---	----------	------------	------------	-----	-----	---	---

DIR – Diretoria
GER – Gerência

INDICADOS AO CONSELHO FISCAL DA CEG										
Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Eleição e Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos/ Funções	Conselheiro Indicado pelo acionista controlador	Membro Independente e Critério	Número de mandatos consecutivos
MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO FISCAL										
Renato Achutti	68	Engenheiro	334.651.420-04	Efetivo	29/04/2026	29/04/2027	Não	Sim	n.a	18
Felipe Kfuri Moreira da Silva	53	Advogado	028.532.207-96	Efetivo	29/04/2026	29/04/2027	Não	Sim	n.a	19
MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL										
Paulo Andrade Rodrigues	79	Contador	093.083.427-53	Suplente	29/04/2026	29/04/2027	Não	Sim	n.a	16
Wagner Mendes Costa	79	Engenheiro	100.989.507-97	Suplente	29/04/2026	29/04/2027	Não	Sim	n.a	7

n.a – não aplicável

I. informações sobre: (I) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – EFETIVOS

PEDRO LARREA PAGUAGA - Presidente do Conselho de Administração

Nascido na Espanha em 1960, Pedro Larrea Paguaga é formado em engenharia. Ao longo da sua carreira, exerceu cargos executivos em grandes companhias, como Endesa e Ferroglobe. Sua atuação na Naturgy iniciou em 2020 e desde então exerce o cargo de Diretor Geral de Redes, responsável pelos negócios de redes de eletricidade e gás na Espanha e Latinoamérica.

KATIA BRITO REPSOLD

Formada em Engenharia Industrial Mecânica em 1992 e Mestre em Tecnologia Mecânica ambos pela CEFET em 1999, ingressou no Grupo Gás Natural em 2001, onde atuou na área de gestão de redes ocupando o cargo de Diretora de Gestão de Redes; assistência a clientes, onde ocupou o cargo de Diretora de Serviços a Clientes, implementação de sistemas da qualidade, tendo atuado também em diversas empresas tais como Exaplas Resinta Produtos Plásticos Ltda. e CBV Indústria Mecânica S/A. Atualmente ocupa o cargo de Diretora Presidente da Companhia.

JERÔME GEORGES LOUIS PIQUEMAL

Nascido em 17/08/1968, é economista formado pela Universidad Pontificia Comillas ICAI-ICADE de Madrid, cursou a NEOMA Business School, na França, tem vasta experiência na área financeira tendo passado pelas empresas Sodexo Argentina, Schlumberger Industries, Crown Cork & Seal, Vicarila.com, ingressou no Grupo Naturgy em julho de 2001, passando pelos cargos de Controller, Diretor Financeiro, ocupando o cargo atual como responsável pelo departamento de novos projetos (finance).

IGNACIO OCHOA ESCALA

Nascido na Espanha, em 25/07/1977, é formado em economia, com mais de 20 anos de trajetória profissional, especializado em finanças e uma ampla experiência internacional. Ingressou no Grupo Naturgy em 2008, atuando em diferentes posições da área de Sistemas. Em 2018 ingressou no departamento de Controle de Gestão, onde atualmente ocupa a posição de Controller da região Latam

RAFAEL PABLO SALAS COX

Nascido em 1964, é advogado pela Pontificia Universidad Católica de Chile, especializado no regime jurídico das empresas de eletricidade e gás. Foi durante 17 anos Diretor Jurídico da Compañía General de Electricidad S.A. e, de 2018 a julho de 2021, Diretor dos Serviços Jurídicos da América Latina SUL (Chile, Argentina, Brasil e Peru) do Grupo Naturgy. No final do exercício de 2023, é membro do Conselho de Administração de várias empresas de energia do Grupo Naturgy no Chile, na Argentina e no Brasil.

CARLOS FERRER RIPOOL

Nascido na Espanha, em 21/08/1979, é administrador. Iniciou sua carreira profissional na PwC, na área de Consultoria, onde liderou projetos nos setores automóvel e da construção, incluindo a assessoria a uma empresa de private equity na aquisição de 70

empresas do setor da cerâmica e sua posterior integração e consolidação. Após a conclusão do MBA no IESE, prosseguiu a carreira profissional na Naturgy, onde está há 13 anos, desempenhando funções de gestão nas áreas de Gestão de Energia, Análise e Inteligência de Mercados, Estratégia e Finanças do negócio de GNL do Grupo, Planejamento Energético e Gestão de Risco. Atualmente é responsável pelo Planejamento, Monitorização e Análise do negócio de Redes do grupo Naturgy.

MANOEL EDUARDO LIMA LOPES

Nascido no Rio de Janeiro em 07.07.1943, é Contador e Advogado, foi Conselheiro Fiscal Efetivo na CEG, Superintendente de Controle Banco Estado Rio de Janeiro, Auditor Geral Banco do Estado do Rio de Janeiro, atualmente ocupa o cargo de Diretor no Banco Clássico S/A., é Conselheiro Fiscal na Engie Brasil Energia S/A, e Conselheiro Fiscal na Kepler S/A.

MIGUEL GUSTAVO OCCHIPINTI

Nascido em Córdoba, Argentina, em 1961, é engenheiro químico formado e com Mestrado em Organização e Gestão Empresarial pela Universidade Nacional de Buenos Aires. Concluiu o Programa de Desenvolvimento de Gerentes - PDD da IAE Business School. É certificado em Produção e Gestão de Inventário pela American Production and Inventory Society. Possui mais de 25 anos de experiência em empresas multinacionais, incluindo petroquímica e petróleo e gás, em diferentes países. Sua sólida experiência é principalmente nos campos de Operações, Suprimentos e Comercial. Atualmente é Gerente de Desenvolvimento Comercial Corporativo na Pluspetrol Corporation, responsável por vendas e marketing e oportunidades comerciais fora da Argentina e do Peru.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - SUPLENTES

CHRISTIANE DELART DIAS DE AZEVEDO RIBEIRO

Nascida no Rio de Janeiro em 1978, é Engenheira Civil com MBA em Gestão Empresarial e Pós-graduação em Engenharia de Dutos. Há 20 anos no Grupo Gas Natural Fenosa, atualmente denominado Naturgy, passou pelas áreas de Operações domiciliares, Atendimento a Clientes, Exploração de gás e atualmente é Diretora de Gestão de Rede da Companhia.

BIANCA GIOVANNA WANDERLEY MASCARO

Formada em Administração de Empresas pela PUC/RJ, com MBA em Marketing pela COPPEAD e PMD pelo ISE/IESE, além de diversos cursos técnicos e de liderança. Atuou nas áreas de marketing de empresas como a Shell Brasil, Chevron e grupo Ultra/Ipiranga. Ingressou na Gas Natural Fenosa como Coordenadora de Marketing, posteriormente assumiu a liderança da equipe de Expansão e Nova Construção sendo responsável pelo planejamento da expansão doméstico/ comercial e das atividades de marketing. Atuou na estrutura América Latina do Grupo como responsável por Promoção de Gás nos países da região: Argentina, Brasil, Colômbia e México. Posteriormente assumiu a operação da unidade de negócios minoristas (liberizados) no Brasil. Atualmente é Diretora de Operações da Companhia.

RAFAEL DOS SANTOS FERREIRA

Nascido no Rio de Janeiro em 1979, é contador formado pela Universidade Cândido Mendes. Possui M.B.A em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela FGV, M.B.A em Gestão de Negócio pela IBMEC Business School, além de PMD II 2015 – Program for Management Development da ISE Business School São Paulo, Brasil / Barcelona, Espanha. Ingressou no grupo Naturgy como menor aprendiz em 1995, na gerência de finanças ocupou diversos cargos desde especialista em finanças até assumir a gerência da área, cargo que ocupa atualmente. Atuou como Conselheiro Fiscal do Gasius - Instituto de Seguridade Social da CEG entre 2013 a 2016 e atualmente ocupa o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto – AETQ.

ANNA MARIA BITTENCOURT DA SILVA RUIVO

Nascida no Rio de Janeiro em 1978, é contadora formada pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Júnior. Possui MBA em Finanças Controladoria e Auditoria e MBA em Administração de Empresas e Negócios ambos pela FGV/RJ. Ingressou no Grupo Naturgy em 2004 na área de Controle de Gestão passando pelos cargos de analista de custo, especialista de controle de gestão, coordenadora de controle de gestão, sendo atualmente responsável pela gerência do setor.

BRUNA MARIA GUIMARÃES DE SOUZA

Nascida no Rio de Janeiro em 1985, é formada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Entre 2007 e 2010 atuou na Diretoria de Regulação da área de Telecomunicações na empresa Telemar Norte Leste S/A. Ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa atualmente denominado Naturgy em 2012, na Diretoria de Serviços Jurídicos atuando na área de direito público com foco na regulação do serviço público de distribuição de gás canalizado, realizando a interface entre as Concessionárias CEG e CEG RIO e a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA). Em 2017, assumiu função de Coordenadora Jurídica, fazendo a gestão de temas e processos estratégicos das empresas do Grupo. É Conselheira Suplente do Gasius, certificada como Conselheira com Ênfase em Administração pelo ICSS até junho de 2021 (Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social).

MÁRCIO GOMES VARGAS

Nascido no Rio de Janeiro em 1973, é contador formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Possui especialização em Finanças (MBA Finanças Corporativas-FGV). Ingressou na Companhia em 2007 tendo ocupado os cargos de Gerente de Finanças, Gerente de Contabilidade e atualmente ocupa o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. No Instituto de Seguridade Social da CEG – GASUS foi membro efetivo do Conselho Fiscal de 2008 a 2010, desde 2016 é Diretor Superintendente.

ALEXANDRE HOLANDA BARBOSA

Nascido no Rio de Janeiro, é bacharel em sistemas de Informação pela Faculdade Estácio de Sá. Atua como assistente Administrativo no Banco Clássico S.A. -administração e custódia de fundos de investimento desde 2019, exercendo funções como análise de mercado, execução de ordens e preparação de relatórios internos; comunicação das operações de renda fixa e variável junto à CVM, dentre outras.

JULIÁN MATÍAS ESCUDER

Nasci do em 21/01/1975, em Buenos Aires, Argentina, é licenciado em Administração de empresas com MBA. Mais de 20 anos de experiência no segmento de energia, principalmente em posições financeiras e como diretor nas empresas participadas. Atualmente ocupa o cargo de Vice-presidente de Administração e Finanças para el Grupo Pluspetrol.

CONSELHO FISCAL - EFETIVOS

RENATO ACHUTTI

Nascido no Rio Grande do Sul em 02.05.1957. CPF/MF nº 334.651.420-04. Formado em engenharia mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1981, MBA em Finanças pelo IBMEC-RJ, em 1990 e Pós-graduado em Marketing estratégico pela FGV/RJ em 1997. Atuando nas áreas Bancária, Financeira, Mercado de Capitais e Controladoria desde 1985, trabalhou em diversas empresas tais como Banco ABN AMRO S/A, Grupo Mesbla e na Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG. É membro dos Conselhos Fiscais da empresa CEG RIO S/A e da CEG desde 2008.

FELIPE KFURI MOREIRA DA SILVA

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 01.09.1972. CPF/MF nº 028.532.207-96. Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Experiência profissional como advogado, com ênfase na área de infra-estrutura (petróleo, gás, energia, rodovias, ferrovias e terminais portuários, entre outras): (i) 3 anos na Sociedade Michelin de Participações Ind. e Com. Ltda.; (ii) 5 anos na Sepetiba Tecon S.A., Terminal de Contêineres do Porto de Sepetiba, tendo como acionistas, à época, a Cia. Siderúrgica Nacional e a Cia. Vale do Rio Doce; (iii) 3 anos no Escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados; (iv) Atual: Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira e Agel Advogados. É membro dos Conselhos Fiscais da empresa CEG RIO S/A desde 2009 e da CEG desde 2007.

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

PAULO ANDRADE RODRIGUES

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 19.01.1947. CPF/MF nº 093.083.427-53. Graduado em Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Moraes Junior em 30.09.1977. Funcionário da CEG desde setembro de 1961, passando a exercer a função de Contador no período de 1987 até sua aposentadoria em março de 2009. Membro do Conselho Fiscal da empresa CEG RIO S/A desde 2009.

WAGNER MENDES COSTA

Nascido em Minas Gerais, viúvo, engenheiro mecânico, 04/08/1946, ingressou na Companhia ainda estatal em 1973 como engenheiro, permaneceu na Companhia após a sua privatização e foi chefe da Divisão de Análise Econômica, Gerente dos Departamentos de Controle e Financeiro, Diretor Financeiro, Gerente de Relações Trabalhistas, e Gerente de Fundos de Pensão até Janeiro de 2018. Foi Diretor Superintendente do Instituto de Seguridade Social da CEG – GASUS pelo período de junho de 2004 a junho de 2016. Posteriormente ocupou o cargo de membro suplente do Conselho Deliberativo do GASUS com mandato de junho de 2016 a janeiro de 2018.

m. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas • cargo iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Companhia não tem ciência de qualquer dos eventos enumerados neste item.
7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários. Não há comitês estatutários, de riscos, financeiro e de remuneração instalados na companhia. Com relação ao Comitê de Auditoria Não Estatutário, a eleição dos membros é realizada em Reunião de Conselho de Administração e não em Assembleia de Acionistas, não sendo ainda conhecidos os membros que serão indicados à eleição para o próximo mandato.
7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a. administrador do emissor; b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor. Não há relação conjugal ou grau de parentesco em nenhuma das relações acima mencionadas.
7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 03 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social. Não há sociedade controlada direta ou indiretamente pela Companhia.
b. controlador direto ou indireto do emissor Há grau de subordinação entre as Diretorias da Companhia e a Diretoria da América Latina mantida pelo Grupo Controlador Naturgy Energy Group.
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas. Não há.

Proposta de Remuneração dos Membros da Administração

CEG

Informações relativas à remuneração da Administração e do Conselho Fiscal, que será submetida à aprovação na AGO da Companhia, em cumprimento ao artigo 13 da Instrução Normativa CVM nº 81/2022.

Proposta de Remuneração do Conselho de Administração

Será proposta a remuneração global anual para os membros efetivos do Conselho de Administração no valor de **R\$ 3.145.655**.

Proposta de Remuneração do Conselho Fiscal

Será proposta a remuneração global anual para os membros efetivos do Conselho Fiscal no montante de **R\$ 365.777**.

Proposta de remuneração da Diretoria

Será proposta a remuneração global anual para os membros da Diretoria no montante de **R\$ 7.444.825**.

Informações do item 8 do Formulário de Referência

8. Remuneração dos administradores

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Os membros efetivos do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Não Estatutário e do Conselho Fiscal recebem remuneração fixa mensal, fixada pela Assembleia de Acionistas anualmente.

A Companhia possui política de remuneração anual para Diretoria Estatutária e não estatutária, passando por aprovação do Conselho as remunerações da Diretoria Estatutária. Não há divulgação via internet.

A Companhia possui para a Diretoria Estatutária e não estatutária um programa de remuneração variável atrelado aos desempenhos globais, avaliados ao final de cada ano a partir de metas operacionais e objetivos pré-estabelecidos, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano.

- b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando: **i.** os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam; **ii.** critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; **iii.** com que Frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Conforme determinado no Estatuto Social da Companhia, e em observância da Lei 6.404/76, a remuneração da Administração é aprovada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária de Acionista, que fixa a remuneração individual dos Conselheiros de Administração, reservando para si tal competência, a qual não é delegada ao Conselho de Administração.

Para a remuneração do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Não Estatutário e Fiscal, em geral, é aplicado índice de correção monetária anual, observando-se o disposto no artigo 162, § 3º da Lei 6.404/76 no que se refere ao Conselho Fiscal.

- c. composição da remuneração, indicando: **i.** descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles: **(i.1)** seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor; **(i.2)** sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais; **(i.3)** sua metodologia de cálculo e de reajuste; **(i.4)** principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG; **ii.** razões que justificam a composição da remuneração; **iii.** a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não são levados em conta indicadores de desempenho na determinação da remuneração do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Não Estatutário e do Conselho Fiscal, sendo em geral aplicada correção monetária anualmente (pelo índice de inflação) aos valores aprovados em AGO.

Com relação à Diretoria Estatutária e não estatutária, os indicadores de desempenho são: performance, o cumprimento de metas financeiras, qualitativas e de ESG.

A remuneração variável será calculada da seguinte forma:

Objetivos econômicos: 65% do total a ser recebido a título de remuneração variável.

Objetivo Qualitativo: 15% do total a ser recebido a título de remuneração variável.

Objetivos ESG: 20% do total a ser recebido a título de remuneração variável.

- d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há subsidiárias ou controladas.

- e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Com relação ao Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Não Estatutário e ao Conselho Fiscal, não há benefícios vinculados à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor. Em qualquer caso, conforme determinação estatutária, a remuneração deverá ser fixada pela Assembleia Geral, e quando fixada de forma global, a distribuição individual poderá ser deliberada pelo Conselho de Administração.

Com relação à Diretoria Estatutária e não estatutária, é necessário observar que recebimento da remuneração variável é um direito em caso de qualquer mudança do controlador, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra operação societária.

8.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: **a.** órgão; **b.** número de membros; **c.** número de membros remunerados; **d.** remuneração segregada em: **(i)** remuneração fixa anual, segregada em: salário ou pró-labore; benefícios diretos e indiretos; remuneração por participação em comitês; outros; **(ii)** remuneração variável, segregada em: bônus; participação nos resultados; comissões; outros; **(iii)** benefícios pós-emprego; **(iv)** benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos, acima requeridos, para a composição de sua remuneração, apontando-se abaixo a remuneração fixa anual global.

Remuneração do Conselho Fiscal CEG* (R\$)			
Global ano			
2023	2024	2025	2026
325.865,92	337.956	352.047	365.777
3 membros remunerados			

Remuneração do Conselho de Administração CEG* (R\$)			
Global ano			
2023	2024	2025	2026
2.802.414,38	2.906.383,56	3.027.580	3.145.655
12 membros remunerados			

Remuneração do Comitê de Auditoria não estatutário CEG* (R\$)			
Global ano			
2023	2024	2025	2026
325.865,92	337.956	352.047	365.777

*A proposta. Não inclui encargos.

n.a. - não se aplica

Abaixo as informações relativas à remuneração da Diretoria:

Abaixo as informações relativas à remuneração da Diretoria:

Diretoria CEG (R\$)	2023 AGO (28.04.2023)	2024 AGO (29.04.2024)	2025 AGO (28.04.2025)	2026 Proposta (AGO 29.04.2026)
Número de membros**	4	4	4	4
Número de membros remunerados	4	4	4	4
Remuneração Fixa Anual	3.823.580	4.192.769	4.615.391	4.795.391
Salário ou pró-labore	2.567.934	2.839.049	3.094.922	3.215.624
Benefícios diretos e indiretos	1.255.646	1.353.721	1.520.469	1.579.767
Remuneração Variável (em Reais)	1.645.423	1.779.194	1.911.835	1.986.396
Bônus	1.645.423	1.779.194	1.911.835	1.986.396
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	531.133	602.831	638.150	663.038
Total	6.000.137	6.574.795	7.165.375	7.444.825

*Acrescidos dos encargos trabalhistas vigentes.

(v) remuneração baseada em ações, incluindo opções.

Não há remuneração baseada em ações.

e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal

Proposta de Remuneração (R\$)	Nº membros	Nº membros remunerados	2023	2024	2025	2026
			AGO	AGO	AGO	Proposta*
			(28.04.2023)	(29.04.2024)	(28.04.2025)	(AGO 29.04.2026)
Conselho de Administração	12	12	2.802.414	2.906.384	3.027.580	3.145.655
Conselho Fiscal	3	3	325.865,00	337.956	352.047	365.777
Diretoria	4	4	6.000.137	6.574.795	7.165.375	7.444.825

*Proposta.

f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal

Proposta de Remuneração (R\$)	Nº membros	Nº membros remunerados	2023	2024	2025	2026
			AGO	AGO	AGO	Proposta
			28.04.2023	29.04.2024	28.04.2025	29.04.2026
Conselho de Administração	12	12	2.802.414	2.906.384	3.027.580	3.145.655
Conselho Fiscal	3	3	325.865	337.956	352.047	365.777
Diretoria	4	4	6.000.137	6.574.795	7.165.375	7.444.825
Total	25	23	9.128.417	9.819.135	10.192.955	10.590.480

*Proposta.

8.3 Em relação à remuneração variável dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número de membros; c. número de membros remunerados; d. em relação ao bônus: (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais; e. em relação à participação no resultado: (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais;

Os membros efetivos do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Não Estatutário e do Conselho Fiscal recebem apenas honorários fixos mensais. Não recebem qualquer remuneração variável quer vinculada a desempenho, quer vinculada a lucros e resultado. Abaixo as informações relativas à remuneração da Diretoria:

Diretoria CEG	2026	2025	2024	2023
Número de membros Diretoria estatutária e não estatutária (todos remunerados)	4	4	4	4
Bônus	1.986.396	1.911.835	1.779.194	1.645.423
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	132.825	98.454	88.955	100.174
Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.447.719	1.046.845	995.400	943.532
Valor previsto por metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação no Resultado	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto por metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	0	0	0	0

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever: **a.** termos e condições gerais; **b.** data de aprovação e órgão responsável; **c.** número máximo de ações abrangidas; **d.** número máximo de opções a serem outorgadas; **e.** condições de aquisição de ações; **f.** critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício; **g.** critérios para fixação do prazo de exercício; **h.** forma de liquidação; **i.** restrições à transferência das ações; **j.** critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; **k.** efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

8.5 Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: **a.** órgão; **b.** número total de membros; **c.** número de membros remunerados; **d.** preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: em aberto no início do exercício social; perdidas durante o exercício social; exercidas durante o exercício social; **e.** diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: **a.** órgão; **b.** número total de membros; **c.** número de membros remunerados; **d.** data da outorga; **e.** quantidade de opções outorgadas; **f.** prazo para que as opções se tornem exercíveis; **g.** prazo máximo para exercício das opções; **h.** prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções; **i.** valor justo das opções na data da outorga; **j.** multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Não houve opções de compra de ações realizada nos últimos 3 exercícios sociais da Companhia.

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: **a.** órgão; **b.** número total de membros; **c.** número de membros remunerados; **d.** em relação às opções ainda não exercíveis informar: (i) quantidade; (ii) data em que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para o exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) preço médio ponderado de exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; **e.** em relação às opções exercíveis informar: (i) quantidade; (ii) prazo máximo para o exercício das opções; (iii) prazo de restrição à transferência das ações; (iv) preço médio ponderado de exercício; (v) valor justo das opções no último dia do exercício social; **f.** valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: **a.** órgão; **b.** número total de membros; **c.** número de membros remunerados; **d.** número de ações; **e.** preço médio ponderado de exercício; **f.** preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas; **g.** multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não se aplica. Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: **a.** órgão; **b.** número total de membros; **c.** número de membros remunerados; **d.** diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

Não se aplica. Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: **a.** órgão; **b.** número total de membros; **c.** número de membros remunerados; **d.** data de outorga; **e.** quantidade de ações outorgadas; **f.** prazo máximo para entrega das ações; **g.** prazo de restrição à transferência das ações; **h.** valor justo das ações na data da outorga; **i.** multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

Não se aplica. Não há outorga de ações na Companhia.

8.11 Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: **a.** órgão; **b.** número total de membros; **c.** número de membros remunerados; **d.** número de ações; **e.** preço médio ponderado de aquisição; **f.** preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas; **g.** multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas

Não se aplica. Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: **a.** modelo de precificação; **b.** dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; **c.** método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado; **d.** forma de determinação da volatilidade esperada; **e.** se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica.

8.13 Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

A companhia não possui regra de remuneração aos órgãos da administração com base em ações ou outros valores mobiliários.

Não há outros valores mobiliários emitidos pelo emissor, além das ações ordinárias. Não há subsidiárias ou controladas.

Órgão da Administração	Total de Ações
Conselho de Administração	0
Diretoria Executiva	0
Conselho Fiscal	0

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: **a.** órgão; **b.** número total de membros; **c.** número de membros remunerados; **d.** nome do plano; **e.** quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; **f.** condições para se aposentar antecipadamente; **g.** valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; **h.** valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; **i.** se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

Diretoria Executiva				
	2023	2024	2025	2026
Número de membros	4	4	4	4
Nome do Plano de Previdência	Naturalprev	Naturalprev	Naturalprev	Naturalprev
Nº de Administradores com condições de se aposentar	0	0	0	0
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano até 31/12/2025, descontada a parcela das contribuições feitas diretamente pelos administradores	1.105.349,81	1.278.122,07	1.329.044,76	1.699.375,36
Valor total acumulado das contribuições realizadas em 2025, descontada a parcela das contribuições feitas diretamente pelos administradores	152.081,84	172.772,26	178.790,40	203.891,14
Condições de resgate antecipado	Obs.abaixo	Obs.abaixo	Obs.abaixo	Obs.abaixo

Observação Tabela:

Não há plano de previdência privada para os membros do Conselho de Administração, Fiscal e Comitê de Auditoria Não Estatutário.

OBS: 04 diretores são participantes do plano do tipo "Contribuição Definida" com o nome Naturalprev, que teve início em janeiro de 2008. Para este plano é exigido vinculação mínima de 03 anos para ter direito aos recursos aportados ao plano pela empresa. Somente tem direito aos recursos a partir de 55 anos de idade vinculado à aposentadoria pelo INSS e após desligamento da Companhia.

Após aposentadoria e desligamento da Companhia o diretor empregado (como qualquer outro empregado participante do plano Naturalprev) pode sacar 25% do saldo acumulado em seu nome, sendo o restante convertido em renda mensal por 10, 15 ou 20 anos.

8.15 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal: **a.** órgão; **b.** número total de membros. **c.** número de membros remunerados; **d.** valor da maior remuneração individual; **e.** valor da menor remuneração individual; **f.** valor médio de remuneração individual.

A remuneração dos membros efetivos do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Não Estatutário e do conselho Fiscal é fixa e igualmente fixada para todos os membros efetivos eleitos, não havendo tal variação.

Abaixo as informações relativas à remuneração da Diretoria:

	2026	2025	2024	2023
Diretoria Executiva	Proposta	AGE	AGE	AGE
Valor da maior remuneração anual R\$	1.931.386,47	1.858.890	1.712.064	1.570.599
Valor da menor remuneração anual R\$	837.250,18	805.923	740.479	686.097
Valor médio da remuneração anual R\$	1.198.847,69	1.153.848	1.048.192	955.895

OBS: Os valores indicados incluem benefícios de qualquer natureza.

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não se aplica.

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não se aplica.

8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não há pagamento de valores aos administradores que não estejam relacionados às funções que exerçam na administração da Companhia.

8.19 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

A Companhia não possui empresas controladas.

Aqueles membros do Conselho Fiscal da CEG que também ocupam cargos de conselheiros fiscais na CEG RIO S/A, empresa que está sob o controle do mesmo grupo controlador da CEG, recebem remuneração pelo exercício daquele cargo, como abaixo descrito.

Remuneração do Conselho Fiscal CEG RIO S/A*			
Global Ano			
2023	2024	2025	2026**
314.095,70	325.748,75	339.333	352.588

* Total de 05 membros **Proposta

Aqueles membros do Conselho de Administração que também ocupam cargos de conselheiros de administração na CEG RIO S/A, empresa que está sob o controle do grupo controlador da CEG, recebem remuneração pelo exercício daquele cargo, como abaixo descrito.

Remuneração do Conselho de Administração CEG RIO S/A*			
Global Ano			
2023	2024	2025	2026**
439.733,98	456.048,26	475.065	493.593

* Total de 07 membros **Proposta

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações relevantes a serem prestadas pelo emissor, além daquelas já informadas nos itens anteriores.

Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia

CEG

Informações relativas aos comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, em cumprimento ao artigo 10º, III, da Instrução Normativa CVM nº 81/2022.

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

- a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Em **2023**, ainda que o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre de 2023 tenha apresentado um processo de desaceleração, o desempenho anual permite projetar um crescimento econômico próximo a 3%. O ano de 2023 foi marcado pela recuperação do consumo interno canalizado para o setor de serviços, puxado pela retomada do mercado de trabalho e transferências dos programas sociais.

Em novembro de 2023, o mercado de trabalho apresentou uma taxa de desemprego de 7,5%, dando continuidade à trajetória de queda apresentada nos trimestres anteriores. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desemprego caiu de 7,9% em 2022 para 7,5% no trimestre móvel terminado em novembro de 2023, quando o Brasil apresentava 8,2 milhões de desempregados. Vale destacar também o desempenho do setor agropecuário.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede oficialmente a inflação, encerrou 2023 em 4,62%, conforme divulgado pelo IBGE. O resultado anual ficou dentro do intervalo da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional, de 4,75% para 2023, o que não ocorria desde 2020.

Acompanhando o cenário de inflação, o Banco Central manteve a taxa Selic durante o primeiro semestre de 2023, interrompendo em agosto essa estabilidade, quando iniciou-se um ciclo de corte de juros, encerrando o ano com a taxa de 11,75%, frente a uma Selic de 13,75% no final de 2022.

O Ibovespa fechou 2023 aos 134.185 pontos, acumulando uma alta de 22,28% ao ano, atingindo o maior patamar da história. Apesar do cenário externo ter sido um forte impulsionador, o Brasil fez a sua parte com o controle da inflação e a redução da taxa de juros Selic.

Em **2024**, o Produto Interno Bruto (PIB) voltou a crescer no terceiro trimestre de 2024 e o desempenho anual permitiu projetar um crescimento econômico próximo a 3,5%. O ano de 2024 foi marcado pela recuperação do consumo interno canalizado para o setor de serviços, puxado pela retomada do mercado de trabalho e transferências dos programas sociais.

O mercado de trabalho apresentou, em novembro de 2024, uma taxa de desemprego de 6,2%, dando continuidade à trajetória de queda apresentada nos trimestres anteriores. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desemprego caiu de 7,6% em 2023 para 6,2% no trimestre móvel, terminado em novembro de 2024, quando o Brasil apresentava 6,8 milhões de desempregados. Vale destacar que é a menor taxa de toda série histórica da PNAD contínua, que teve o seu início em 2012.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede oficialmente a inflação, encerrou 2024 em 4,83%, conforme divulgado pelo IBGE, pressionado pelo crescimento da atividade econômica e desvalorização do real frente ao dólar ao longo do ano. O resultado anual ficou acima do limite da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional, de 4,5% para 2024.

O Banco Central reduziu a taxa Selic durante o primeiro semestre de 2024, acompanhando o cenário de inflação e interrompendo em setembro essa tendência, quando se iniciou um ciclo de aumento de juros, encerrando o ano com a taxa de 12,25%, frente a uma Selic de 11,75% no final de 2023.

O Ibovespa fechou 2024 aos 120.283 pontos, acumulando uma queda de 10,36% no ano, o pior desempenho desde 2021, quando caiu 11,93%. Só no mês de dezembro, as perdas do índice se acumularam em 4,28%.

No **ano de 2025** apresentou uma desaceleração do crescimento do PIB com perda do ritmo de crescimento ao longo dos três primeiros trimestres, sendo 1,4%, 0,4% e 0,1%, respectivamente, e uma projeção de crescimento anual próxima a 2,3%. Foi também um ano marcado pela desaceleração do setor de serviços e consumo das famílias.

O mercado de trabalho continuou mostrando melhora em 2025, com a taxa de desemprego alcançando níveis históricos baixos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no trimestre móvel encerrado em novembro de 2025, a taxa ficou em 5,2%, o menor nível registrado na série histórica, iniciada em 2012.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede oficialmente a inflação, encerrou 2025 em 4,26%, conforme divulgado pelo IBGE. O resultado anual voltou a se manter dentro do limite da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional, de 4,5% para 2025.

Em continuidade ao ano de 2024, o Banco Central continuou com a elevação da taxa Selic durante o primeiro semestre de 2025, chegando à taxa de 15%, para conter a inflação persistente, mantendo esse patamar para o restante do ano, considerando a estabilidade monetária em função do cenário de desaceleração econômica.

O Ibovespa encerrou 2025 aos 161.125 pontos, acumulando uma alta de 34% no ano, tendo seu melhor desempenho desde 2016, quando avançou 38%.

O dólar fechou 2025 em um patamar significativamente mais estável em comparação a 2024, ano em que chegou a ultrapassar R\$ 6,00. A moeda norte-americana acumulou desvalorização de 11,17% no ano e fechou cotada em R\$ 5,48.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Em 2025 não houve alteração no quadro societário da Companhia. Em 31 de dezembro o capital social era representado por 259.637.732 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, mantidas as proporções das propriedades dos acionistas, conforme quadro abaixo:

Acionista	Participação no capital social (%)
Naturgy Distribución Latinoamérica S.A	54,16
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em ações Dinâmica Energia	8,78
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,23
Ações em tesouraria	0,0047
Total	100

Não foram emitidas ações nos últimos três exercícios sociais, sendo mantida a mesma configuração acionária (mesmos acionistas), todas ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

i. hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas. Por uma determinação judicial a companhia efetuou a recompra de ações de um acionista, que foram mantidas em tesouraria.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos principalmente de médio e longo prazo com entidades financeiras. Os compromissos financeiros assumidos em relação a essas operações de empréstimos e financiamentos são cobertos parte pela geração de caixa da Companhia e parte por novos financiamentos contratados, em substituição as operações de empréstimos e financiamentos que vencem.

O endividamento da empresa em 2023 era de 34%, em 2024, de 32% e em 2025 passou para 20% . Ao longo de 2025, a empresa manteve a estrutura de financiamentos necessários à realização dos seus investimentos e cumprimento de suas obrigações. A Companhia adotou medidas conservadoras visando a proteção do caixa, com a renovação de linhas de crédito que tinham vencimento no curso de 2025. Neste sentido, a Companhia não enfrentou dificuldades em função de sua solidez e da boa classificação de risco avaliada pelo mercado.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital nos patamares que a administração julga adequados, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Capital de giro: Operações de linha de crédito servem para financiamento de capital de giro sendo renegociadas durante o ano e não tem garantias oferecidas e cláusulas de covenants.

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas que são revisadas em diferentes datas durante o ano.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras. A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinarçar seus empréstimos e financiamentos junto as instituições bancárias.

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos		
Linhas de crédito	<u>754.174</u>	<u>1.166.905</u>
	<u>754.174</u>	<u>1.166.905</u>
 Total do passivo		
Circulante	617.937	499.806
Não circulante	<u>136.237</u>	<u>667.099</u>
	<u>754.174</u>	<u>1.166.905</u>

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização nas operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada (em milhares de reais): FN(*) Financiamento; LC(*) Linha de Crédito.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada (em milhares de reais):

	Indexadores	Vencimento		31/12/2025		31/12/2024	
				Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Banco Bradesco S.A.	CDI+1,90%	23/11/2026	(b)	30.409	-	289	29.893
	CDI+1,90%	23/11/2026	(b)	50.680	-	481	49.822
	CDI+1,90%	23/11/2026	(b)	50.680	-	481	49.822
Banco de Tokyo	CDI+1,64%	18/05/2026	(a)	165.678	-	12.085	150.291
	CDI+1,45%	11/04/2025	(b)	-	-	108.815	-
Banco Santander S.A.	CDI+1,89%	20/10/2026	(b)	46.605	-	-	39.966
	CDI+1,90%	20/10/2026	(a)	31.566	-	-	27.068
	CDI+0,95%	10/10/2025	(a)	-	-	61.225	-
Banco do Brasil	CDI+1,71%	07/05/2027	(a)	108.908	53.094	5.228	160.208
	CDI+1,71%	07/05/2027	(a)	68.067	33.183	3.317	100.143
ING Mizuho	CDI+1,60%	05/02/2026	(a)	34.389	-	3.362	30.000
Banco Intesa San Paolo	CDI+1,75%	04/04/2025	(a)	-	-	43.562	-
	CDI+1,90%	07/12/2026	(b)	30.209	-	116	29.886
Banco Itaú	CDI+1,78%	07/04/2025	(a)	-	-	48.969	-
	CDI+1,78%	07/04/2025	(a)	-	-	115.936	-
	CDI+1,90%	21/11/2025	(a)	-	-	45.445	-
	CDI+1,90%	21/05/2027	(b)	746	49.960	50.495	-
				617.937	136.237	499.806	667.099

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
2026	136.237	667.099
	<u>136.237</u>	<u>667.099</u>

Mapa da movimentação dos empréstimos

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	1.166.905	1.218.313
Pagamento do principal	(395.800)	(50.000)
Juros provisionados	141.545	142.434
Juros pagos	(155.457)	(141.486)
Custos amortizados no exercício	(3.019)	(2.356)
Saldo final	<u>754.174</u>	<u>1.166.905</u>

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Vide ordem apontada no item (i) acima.

- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não há limitações para o nível de endividamento da companhia, para distribuição de dividendos, para alienação de ativos, emissão de valores mobiliários ou alienação do controle societário, seja em estatuto ou em acordos de acionistas. Contudo há as seguintes regras:

- A assunção de obrigações que envolvam valores acima de R\$ 16 Milhões depende de autorização do Conselho de Administração (valores abaixo desse limite são de competência da Diretoria devendo ser representada por dois Diretores na formalização do ato);
- Os dividendos devem ser fixados em no mínimo 25% do lucro líquido do exercício (após dedução do IR e prejuízos acumulados), sem limitação de valor máximo;
- A alienação de bens do ativo permanente depende de aprovação do Conselho de Administração;
- A emissão de valores mobiliários depende de aprovação da Assembleia de Acionistas, que pode delegar tal competência ao Conselho (sobretudo a emissão de debêntures);
- A alienação do controle societário depende da autorização do poder concedente.

- g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não há contratação de financiamentos com limite de utilização.

- h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Conta de Resultados (R\$ mil)	2025	2024	Variação (R\$)	Variação (%)
Receita líquida das vendas e serviços	4.807.140	5.162.070	(354.930)	-6,90%
Lucro bruto	1.593.733	1.418.757	174.976	12,30%
Lajida (Ebitda)	1.207.124	1.055.423	151.701	14,40%
Lucro operacional	1.043.875	900.841	143.034	15,90%
Lucro líquido do exercício	615.291	526.755	88.536	16,80%
Margem bruta (%)	33,15%	27,48%		

Em 2025, o Ebitda e o Lucro Líquido tiveram um incremento de 14,4% e 16,8%, respectivamente, frente a 2024, destacando-se a aplicação do IGPM 6,33% sobre as margens de gás no ano de 2025, conforme previsto no contrato de concessão, além do impacto das menores vendas no mercado convencional, compensadas em parte pelo maior volume de geração elétrica.

2.2 Os diretores devem comentar:

- a. resultados das operações do emissor, em especial:
 - i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas são compostas, sobretudo, pela margem das vendas de gás, cujo custo de aquisição para distribuição é fixado por meio de contrato de longo prazo de suprimento de gás firmado com a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás.

Em 31 de outubro de 2023, as Partes celebraram 4 contratos de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, com quantidade diária contratual de 4.300.000 m³/dia (01/12/2023 a 31/12/2028) e para 2.924.000 m³/dia (01/01/2029 a 31/12/2034).

Em 2024 as Partes celebraram três aditivos ao contrato de compra e venda de gás natural. O Aditivo nº 1 (31/05/2024) instituiu um mecanismo de redução de preço para 2024 e 2025, fixando em 11% do Brent o volume retirado entre 60% e 105% da QDC, e previu a contratação de um volume adicional de 315 mil m³/dia de 2029 a 2034. O Aditivo nº 2 (14/06/2024) reduziu a QDC em 268.000m³ devido à migração de consumidores para o mercado livre. No aditivo nº3 (30/09/2024), a Compradora exerceu a opção de reduzir 250 mil m³/dia do volume total contratado para o período de 2025 a 2028 além de acordar um novo mecanismo de precificação para volumes retirados entre 90% e 115% da QDC, ficando este em 10% do Brent, válido entre 2025 e 2026. Foram firmados Contratos de Uso de Serviço de Distribuição (CUSD) com dois consumidores, com início de eficácia em 16/06/2024 (100.000 m³) e 01/10/2024(168.000m³), respectivamente.

Já em 2025, fora formalizado o Aditivo nº 4 (01/09/2025), que teve como objetivo promover a migração de um usuário cativo para o ambiente livre de contratação de Gás Natural no Estado do Rio de Janeiro. Posteriormente, as partes pactuaram o Aditivo nº 5 (24/12/2025), que teve como objetivo reduzir a QDC do ano de 2026 (612.000 m³/dia) devido à opção contratual exercida pela Compradora, com base no item 4.5 do Contrato, no âmbito da Resolução CNPE nº 03/2022. Por fim, fora firmado Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) com um usuário, cuja migração se deu em 1º/09/2025.

- ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Conforme contrato de concessão do serviço de distribuição de gás natural canalizado na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (área de concessão da CEG), as margens cobradas nas tarifas sofrem revisões quinquenais, por meio de procedimentos junto à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA. Estas margens, uma vez deliberadas, são reajustadas anualmente pelo IGPM.

As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 6.397,6 Mil m3/dia em 2024, apresentando um aumento de 3,58% frente a 2023, quando somaram 6.176,6 Mil m3/dia. As vendas para Geração Elétrica somaram 2.794,2 Mil m3/dia frente às vendas em 2.182,1 Mil m3/dia em 2023, com um aumento de 28%, devido à maior demanda de gás em função dos baixos níveis dos reservatórios hídricos em 2024 provocando maior acionamento das térmicas neste respectivo ano. O restante do mercado apresentou uma redução de 9,8% das vendas frente a 2023, cabendo destacar que neste ano ocorreram as primeiras migrações de clientes industriais para o mercado livre, que representou 9% das vendas industriais. O mercado residencial (-1,9%), comercial (-7,6%), industrial (-3,1%) e GNV (-14,0%).

Em 14/11/2024 houve a Sessão Regulatória da AGENERSA em que foram aprovadas por unanimidade as premissas dispostas no Termo de Acordo de Conciliação entre Naturgy e Poder Concedente, resolvendo assim a 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas-RTI da CEG, com a publicação da Deliberação AGENERSA 4803/24. Tal acordo, aprovou a compensação da retroatividade tarifária, referente ao ciclo revisional 2018/2022, na quantia de R\$ 297,19 milhões (data-base dezembro/2021) da receita projetada na 5ª Revisão Tarifária (que ainda será julgada) e foram consideradas revogadas todas as disposições em contrário ao voto que embasou a Deliberação 4803/24 e foi acompanhado por unanimidade.

Já em 2025 o total de vendas médias diárias de gás natural chegou a 7.042,6 mil m3/dia, apresentando um aumento de 10,1% frente a 2024, quando somaram 6.397,6 mil m3/dia, basicamente pelas vendas para geração elétrica que somaram 3.684,3 Mil m3/dia frente às vendas em 2.794,2 Mil m3/dia em 2024, com um aumento de 31,9%, devido à maior demanda provocando maior acionamento das térmicas neste ano.

Para os demais mercados houve uma redução das vendas frente a 2024, com exceção do mercado residencial que cresceu 3% frente 2024.

Foi finalizado o **acordo do 3º termo aditivo** do contrato de concessão (R\$ 152,5 milhões de valor original 2014), homologado judicialmente em janeiro de 2025. Sem efeito imediato nas demonstrações financeiras de 2024, considerando que a metodologia de pagamento a Concessionária será definida até o último ano da 5ª Revisão Tarifária (2027).

Em 02.05.2022 foi instaurado o Processo da 5ª Revisão Tarifária, que teve a taxa de remuneração de 8,92% aprovada por unanimidade na Sessão Regulatória de 17.12.2025. O processo da 5ª RTI encontra-se agora, em fase de consulta pública para análise do Plano de Negócios apresentado pela Concessionária.

- b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Todas as variações são informadas no item seguinte, destacando-se que não houve introdução de novos produtos e serviços.

- c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Em **2023**, correção da margem de gás pela inflação, com aplicação a partir de janeiro de 2023 de 12,74% sobre as margens dos mercados Doméstico, Comercial, Industrial e Veicular, e de 5,90% sobre a margem do mercado de Geração Elétrica. Com o controle da inflação mostrando sinais positivos, o Banco Central iniciou o processo de redução gradativa da taxa Selic, passando de 13,75% para 11,75% ao fim do ano. Esse movimento impactou positivamente o custo dos empréstimos que são indexados ao CDI e também as aplicações financeiras realizadas em CDB com liquidez diária.

Em **2024**, correção da margem de gás pela inflação, com aplicação a partir de janeiro de 2024 de inflação negativa de 3,46% sobre as margens de todos os mercados atendidos pela distribuidora. Tivemos um primeiro semestre de estabilidade da taxa Selic. Entretanto, com a pressão inflacionária, o Banco Central iniciou o processo de elevação da Selic fechando o ano em 12,25%. Essa ação impacta diretamente o custo financeiro dos empréstimos bancários. De uma forma compensatória, a rentabilidade das aplicações financeiras que são indexadas a Selic, ajuda a aliviar o impacto negativo com o aumento da despesa com juros.

Em **2025**, correção da margem de gás pela inflação, com aplicação a partir de janeiro de 2025 foi de 6,33% sobre as margens de todos os mercados atendidos pela distribuidora. O Banco Central elevou a taxa Selic durante todo o primeiro semestre de 2025, principalmente para conter a inflação persistente. No segundo semestre, ao atingir o nível de 15%, o Copom decidiu manter a Selic nesse patamar, visando a estabilidade monetária em função do cenário de desaceleração econômica. Assim como em anos anteriores, a taxa Selic tem impacto direto no custo financeiro dos empréstimos bancários, e de uma forma compensatória, na rentabilidade das aplicações financeiras.

2.3 Os diretores devem comentar:

- a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não se aplica. Não há mudanças para o período de referência.

- b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores independentes.

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Entre **2016 e 2025** não houve introdução ou alienação de segmento operacional pela Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em **2025** não houve alteração no quadro societário da Companhia, não sendo realizada as operações indicadas neste item.

c. eventos ou operações não usuais

Entre **2016 e 2025** não houve eventos ou operações não usuais.

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve: **a.** informar o valor das medições não contábeis; **b.** fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas; **c.** explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não se aplica. A Companhia não tem medições não contábeis a divulgar.

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não se aplica neste momento.

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando: a. regras sobre retenção de lucros; b. regras sobre distribuição de dividendos; c. periodicidade das distribuições de dividendos; d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais; e se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

As regras de distribuição de dividendos e retenção de lucros da Companhia é regulada pelo artigo 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e do artigo 24 do Estatuto Social da Companhia.

A periodicidade da destinação dos resultados sociais é de uma vez ao ano, com pagamento em até 2 vezes ao ano.

Não há eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais, bem como não há uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando: a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos; ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iii. contratos de construção não terminada; iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos; b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, não se aplicando à Companhia as hipóteses descritas nesse item.

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar: a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor; b. natureza e o propósito da operação; c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não há itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Pela própria natureza da atividade de uma distribuidora de gás, os investimentos são contínuos e consistem basicamente na massificação da utilização do gás natural dentro do perímetro da concessão (expansão e renovação de rede de gás natural canalizado, na área de concessão determinada no Contrato de Concessão firmado com o Estado do Rio de Janeiro).

Em 2023, a Companhia investiu um total de R\$ 101.014 mil em expansão de infraestrutura de rede, ampliando a rede de distribuição em 61,3 km. Manteve, dessa forma, seu compromisso e responsabilidade com a segurança e qualidade dos serviços prestados, com investimentos que chegaram a R\$ 146.791 mil, destinados à Conservação e Renovação de Redes, destacando-se a renovação de 22.185 metros de rede e 765 ramais, frente a 33.387 metros de rede e 779 ramais, renovados em 2022. É importante destacar o crescimento dos investimentos no período pós pandemia, chegando a R\$ 291 milhões em 2023, demonstrando o compromisso da Companhia em ampliar o serviço de distribuição de gás, realizando investimentos que melhoram a infraestrutura da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Em 2024, a Companhia continuou a investir na expansão da infraestrutura de rede, com um total de R\$ 82.485 mil, ampliando a rede de distribuição em 30,8 km. Os investimentos em Conservação e Renovação de Redes somaram R\$ 146.897 mil, destacando-se a renovação de 37.902 metros de rede e 5.549 ramais, em comparação com 22.185 metros de rede e 765 ramais renovados em 2023. A empresa investiu em 2024 um total de R\$ 256 milhões, refletindo o compromisso contínuo da Companhia em melhorar a infraestrutura e a qualidade dos serviços na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Em 2025, a Companhia investiu um total de R\$ 81.393 mil em expansão de infraestrutura de rede, ampliando a rede de distribuição em 41,3 km. Manteve, dessa forma, seu compromisso e responsabilidade com a segurança e qualidade dos serviços prestados, com investimentos que chegaram a R\$ 154.952 mil, destinados à Conservação e Renovação de Redes, destacando-se a renovação de 44.362 metros de rede e 4.465 ramais, frente a 37.902 metros de rede e 5.549 ramais renovados em 2024. O total investido pela Companhia, em 2025, chegou a R\$ 313 mil, demonstrando o compromisso da Companhia em ampliar o serviço de distribuição de gás, realizando investimentos que melhoram a infraestrutura da região metropolitana do Rio de Janeiro.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Geração de caixa da Companhia, ou captação de recursos junto à instituições financeiras.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Com a conclusão do projeto de conversão do gás manufaturado para gás natural em 2007, foram desativadas estações de gás manufaturado.

Em **2008, 2009 e 2011** não houve desinvestimentos.

Em **2010** foi realizado o registro contábil da venda do terreno onde se localizava a filial de Botafogo.

Entre **2012 e 2016** não houve desinvestimentos.

Em **2017** foi concluída a venda de um terreno com 7.132,25 m² localizado no endereço Rua Pedro Jorio, nº 415, Coelho Neto, Rio de Janeiro, a qual foi realizada por meio de leilão eletrônico.

Entre **2018 e 2025** não houve desinvestimentos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Os investimentos anuais previstos para expansão de rede (massificação da utilização do gás natural dentro do perímetro da concessão) englobam a aquisição de equipamentos, tubulações e outros ativos diretamente relacionados à atividade da Companhia, visando a ampliação da capacidade produtiva.

c. novos produtos e serviços, indicando: i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; iv. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; v. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Naturgy Brasil lançou o Plano de Sustentabilidade 2025–2027, que define as metas da companhia para o triênio. O documento reforça a atuação da empresa de forma alinhada aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e ao Pacto Global, consolidando seu papel como agente de transformação no setor de energia.

Entre as iniciativas destacadas estão a gestão de fornecedores com auditorias ASG e monitoramento de impactos ambientais; projetos de ecoeficiência e economia circular; controle de emissões de gases de efeito estufa; programas sociais; e o fortalecimento do plano de diversidade e inclusão.

Uma das principais novidades é a reorganização da estrutura do plano, que deixa de trabalhar com seis pilares estratégicos e passa a focar nos três pilares do ESG — Meio Ambiente, Social e Governança. Essa mudança simplifica a comunicação, fortalece o alinhamento com as melhores práticas globais e garante maior integração à estratégia de negócios, ampliando o engajamento interno e externo em torno dos objetivos estabelecidos.

- **Meio Ambiente (E):** foco na descarbonização, eficiência energética, uso responsável de recursos naturais e preservação da biodiversidade.
- **Social (S):** fortalecimento da cultura de segurança, diversidade, inclusão, impacto positivo nas comunidades, projetos sociais e diálogo aberto com stakeholders.
- **Governança (G):** ética, transparência, compliance e inovação.
-

Outro avanço é o aumento do número de indicadores monitorados, que passa de 31 para 38, ampliando a capacidade de avaliação das ações e de seus resultados. Além disso, pela primeira vez o plano é estruturado em conformidade com as Normas Europeias de Informação de Sustentabilidade (NEIS), promovendo ainda mais transparência, comparabilidade e credibilidade nas informações divulgadas.

Transformar o mundo por meio da energia é o principal objetivo da CEG. Estamos apoiando a transição energética, uma demanda da sociedade e uma necessidade do planeta. Colocar a sustentabilidade como base da nossa estratégia nos permite reduzir impactos ambientais, fortalecer a inclusão social e garantir uma governança sólida, sempre conectados aos ODS e ao Pacto Global. Essa evolução, agora estruturada em três pilares e 38 indicadores, reafirma nosso compromisso com uma atuação cada vez mais consistente, transparente e sustentável.

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

* * * * *